



Para pensar uma “Paisagem das Violências”

To think about a "Landscape of Violence"

1. Mariana dos Santos Nesimi  <https://orcid.org/0000-0002-2130-0606>

1. Universidade de São Paulo  São Paulo, Brasil

Autora de correspondência: mariananesimi@outlook.com

RESUMO

Este artigo busca desenvolver uma análise sobre o impacto da violência na paisagem urbana e na sociabilidade, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, que constitui o recorte espacial desta reflexão. Para esse fim, o caminho teórico adotado fundamenta-se na Geografia Humanista, que tem como um de seus principais precursores Yi-Fu Tuan. Em um primeiro momento, o texto apresenta uma breve revisão bibliográfica. Em seguida, adota-se a análise de relatórios voltados ao tema da violência urbana, como o do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (2022), enquanto procedimento metodológico, além de matérias publicadas nos principais jornais. Assim, busca-se aproximar a teoria do recorte espacial por meio da observação de dois episódios marcantes na estrutura urbana carioca: a Operação São Francisco, realizada na Maré, e a chacina ocorrida no Jacarezinho. A partir da apresentação desses dois casos, o texto discute três aspectos considerados fundamentais para a análise: a percepção, o simbolismo e a memória. Esses elementos constituem referências empíricas para o desenvolvimento do conceito aqui proposto como “paisagem das violências”.

Palavras-chave: paisagem das violências; geografia humanista; violência urbana.

ABSTRACT

This article seeks to develop an analysis of the impact of violence on the urban landscape and on sociability, particularly in the city of Rio de Janeiro, which constitutes the spatial focus of this reflection. To this end, the theoretical approach adopted is grounded in Humanistic Geography, whose main precursors include Yi-Fu Tuan. The first part of the text presents a brief literature review. In the second part, following a methodological procedure based on the analysis of reports addressing urban violence—such as those produced by the Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (2022)—as well as newspaper articles, the paper seeks to bring theory closer to the spatial context through the examination of two episodes that have marked Rio de Janeiro’s urban structure: Operation São Francisco, carried out in Maré, and the massacre that occurred in Jacarezinho. Based on the presentation of these two cases, the article discusses three aspects considered fundamental to the analysis: perception, symbolism, and memory. These elements serve as empirical references for the development of the concept proposed here as the “landscape of violence.”

Keywords: landscape of violence; humanistic geography; urban violence.

Introdução

Inicialmente, é importante abrir uma discussão sobre a Geografia Humanista, corrente teórica que irá fundamentar a presente argumentação. Essa, surge após a intensificação de críticas direcionadas a um modelo estruturalista, positivista, que admitia unicamente os elementos materiais em suas análises e ignorava os sentimentos e as percepções. A partir do século XX, há uma mudança em relação ao pensamento encarado como dominante, o que é fortalecido, principalmente, a partir das décadas de 1960 e 1970. Yi-Fi Tuan (1976, p.26) ressaltou que a nova abordagem que estava sendo desenhada à época buscava compreender uma visão mais ampla e complexa do ser humano, ressaltando suas particularidades e a sua relação com o meio.

Alvarez (1982, p.15) destaca que o Humanismo era marcado por ideias revolucionárias à medida em que buscava se afastar de visões hegemônicas do pensamento. A partir da sua adoção, não haveria a reprodução de um dogmatismo, já que se entendia que o estudo do homem poderia partir de uma investigação científica desde que a sua observação contemplasse aspectos particulares e essenciais à vida, situando-o, assim, como um ponto central frente aos demais aspectos do mundo. Ainda que seja possível apresentar influências e autores importantes para o desenvolvimento dessa corrente, foi só nos anos de 1970 que ocorreu uma produção científica mais significativa que pensasse e discutisse esses processos, ainda que em um número menor na ciência geográfica.

Na Geografia, essa corrente se estabelece como uma crítica a um modelo “mecanicista” e lido como vazio de significados, associado à abordagem de um marxismo considerado radical. Segundo a crítica feita, o marxismo se preocupava com elementos precisamente econômicos e não fornecia espaço para o homem nas investigações. Ao mesmo tempo, os seguidores da geografia humanista reconheciam que a corrente marxista criticava um modelo positivista de mundo bem como eles; o que possibilitou algumas aproximações, estimulada por alguns autores, em alguns momentos. Como afirmavam Duncan e Ley (1982, p. 32), as críticas direcionadas entendiam, por exemplo, que nem todos os questionamentos poderiam ser respondidos ou resolvidos a partir do indivíduo, e, por isso, seria necessário entender as

macroestruturas e a relação com o contexto social ocupado pelos indivíduos. Sendo assim, o pilar da Geografia Humanista é o espaço vivido, já que ele é “o mundo da experiência imediatamente anterior ao das ideias científicas” (A. L. Sanguin, 1981, p. 561). Nas palavras de Tuan, por definição, temos:

A Geografia Humanista procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar. (Tuan, 1982).

Pensando em termos metodológicos, os trabalhos idealizados a partir da Geografia Humanista não deveriam excluir técnicas antigas, porém o foco, a partir da sua adoção, deveria ser a busca e não o resultado propriamente dito. Sendo assim, os dados não são “obtidos”, mas alcançados e percebidos durante o processo, que visa atribuir e observar os diferentes significados envolvidos, valorizando a experiência, a subjetividade e a dimensão psicológica.

Tuan, em seu livro célebre *Topofilia* (1980), apresentou uma análise sobre o comportamento animal e a relação estabelecida com o meio, associando-a com conceitos-chave para a Geografia, como o de lugar e a territorialidade (Alvarez, 1982, p.23). O autor também busca demonstrar como aspectos culturais podem provocar modificações nos comportamentos tanto dos animais quanto de seres humanos. Como consequência, o território passa a ser compreendido como algo marcado por símbolos e significados. Dessa forma, Tuan destaca a especificidade da Geografia Humanista e, conseqüentemente, a dificuldade inerente à aplicação de seu método. Ao adotar essa perspectiva, conclui-se que a Geografia deve lidar com temas que, até então, haviam sido pouco abordados ou explorados. O estudo da paisagem nessa perspectiva, por exemplo, não deve se restringir apenas aos elementos físicos, como solos e vegetação, mas também considerar os sentimentos, as percepções e as particularidades de indivíduos e grupos sociais.

De acordo com Rocha (2007, p.22), uma das premissas que direcionam os estudos na Geografia Humanista “refere-se ao princípio das idiossincrasias a respeito dos territórios, paisagens e lugares”. Paralelamente, ainda que a Geografia Humanista assuma uma pretensão de lidar com o “novo”, pelo menos no que se refere aos temas,

ela é marcada por algumas contradições, sendo o não-rompimento com o modelo descritivo a principal (Lima, 2014, p.14). Ainda que a forma de realizar o campo dentro dessa corrente parta de uma proposta que contempla aspectos inovadores, os movimentos seguintes são velhos conhecidos.

A fenomenologia constitui outro elemento expressivo nesse debate. Em diálogo direto com a filosofia, essa abordagem dedica-se à compreensão da realidade a partir do mundo vivido, enfatizando todos os elementos que se mostram relevantes na experiência cotidiana, desde aspectos subjetivos até sentimentos e percepções mais evidentes. De acordo com Edward Relph (1970, p. 192), trata-se de um ramo da filosofia moderna iniciado por Edmund Husserl. Embora as abordagens fundamentadas na fenomenologia apresentem características próprias, três aspectos são geralmente considerados centrais para a definição de seu método: a valorização da experiência humana e sua relação com o mundo vivido; a crítica ao pensamento científico que se pretende absoluto e excludente; e a busca pela construção de um método alternativo para compreender o cotidiano. Nesse sentido, o método fenomenológico privilegia a reflexão sobre a experiência, as memórias, os desejos e a essência dos fenômenos, em vez de partir de hipóteses previamente estabelecidas.

Essa proposta exigia a formulação de uma abordagem diferenciada, dotada de pressupostos próprios. Nesse sentido, Edward Relph (1970, p. 195) apresentou algumas etapas correspondentes à aplicação do método fenomenológico. Em primeiro lugar, a investigação orientada pela fenomenologia não deve partir de uma hipótese específica. O ponto inicial da análise consiste na observação das “essências” gerais, buscando identificar os elementos fundamentais que definem determinado objeto. Em seguida, considera-se que as características desse objeto são delimitadas a partir das experiências construídas em torno dele. Assim, as relações estabelecidas entre o espaço, o ser social e o objeto tornam-se o foco central dessa etapa da análise.

Por fim, a última fase consiste no estudo da relação entre a manifestação dos fenômenos e a consciência, procurando compreender as transformações que se produzem ao longo do tempo. Desse modo, evidencia-se que um dos aspectos centrais do método fenomenológico reside na valorização do ser humano, com ênfase nas suas

ações e experiências, enquanto elemento fundamental para a compreensão da realidade.

O conhecimento não existe independentemente do homem, mas tem de ser obtido a partir da experiência do homem com o mundo. Deste ponto de vista, o mundo só pode ser compreendido na sua referência ao homem, e apenas através das intenções e atitudes do homem (Relph, 1970, p.195. Tradução nossa.).

Muito se discutiu sobre a originalidade da fenomenologia, assim como a sua relevância. Na Geografia, por exemplo, ela parece ter sido negligenciada, excetuando algumas obras de maior circulação no meio acadêmico. Um exemplo é *A Morfologia da Paisagem* (1998), de Carl Sauer, que acreditava que a ciência geográfica deveria observar os significados das paisagens (Helph, 1970, p.195). No mais, o emprego desse método na Geografia estava unido aos estudos dos meios naturais e da relação do homem com o meio. Entretanto, é válido destacar que sua utilização assim como a relação com a Geografia também é marcada por críticas. Elias Lopes (2013, p.10) expõe um caráter igualmente descritivo nos estudos fenomenológicos, que teriam contribuído para a formulação de análises demasiadamente abstratas e que careciam de relação com a Geografia. O que, por sua vez, culminaria em abordagens limitadas que condicionavam os sujeitos a um lugar de passividade.

Considerando que a ciência se constitui em permanente debate e transformação, compreende-se que a incorporação da abordagem fenomenológica às análises geográficas contribuiu para o redimensionamento do conceito de paisagem. Nesse contexto, a paisagem deixa de ser entendida como um elemento meramente físico e descritivo e passa a configurar-se como um componente central para a compreensão do espaço urbano (Oliveira, 2001 *apud* Rocha, 2007, p. 22).

Partindo dessa perspectiva, este artigo propõe mobilizar aportes clássicos da Geografia Humanista para pensar e repensar situações contemporâneas que se manifestam na sociabilidade urbana. Se, por um lado, a Geografia Humanista ainda apresenta difusão relativamente limitada no contexto brasileiro, por outro, os estudos sobre a violência também parecem carecer de maior desenvolvimento.

Diante disso, o presente trabalho assume um caráter exploratório ao buscar articular essas duas correntes teóricas. O objetivo central consiste em discutir o

conceito de “paisagem das violências” na cidade do Rio de Janeiro, destacando três elementos que, a nosso ver, participam de sua constituição: percepção, simbolismo e memória. Para tanto, dois casos, apresentados a seguir, serão tomados como ponto de partida para essa reflexão.

Caso 1: Operação São Francisco, no Complexo da Maré

O Complexo da Maré, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, está situado entre vias expressas importantes da cidade, como a Avenida Brasil e a Linha Vermelha. O Complexo é considerado o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro, com uma população que supera a marca dos 120 mil habitantes e uma densidade demográfica de aproximadamente 39.600 habitantes por km².

Iniciada em abril de 2014 e tendo como data de conclusão maio de 2015, as favelas do Complexo da Maré tiveram seu cotidiano bruscamente modificado, assim como a paisagem alterada, a partir da ocupação das Forças Armadas no local através de uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO)¹, que concedia o poder de polícia aos militares temporariamente em serviço, o que envolvia permissão para o patrulhamento, realização de revistas de “rotina” e aplicação de detenções em um raio de 10km². A ocupação aconteceu com a presença dos Fuzileiros Navais da Marinha, militares do Exército, que eram a maioria, além de receber um apoio logístico por parte da Aeronáutica.

O objetivo dessa operação era promover estratégias que garantissem a “pacificação” do território, fornecendo as condições necessárias para a implementação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na região. Essa, prezaria por um policiamento comunitário, com princípios trazidos da ideia de “polícia de proximidade”.

O modelo de segurança pública que estava prestes a ser implementado no Complexo da Maré já vinha sendo aplicado em outras áreas da cidade. Um dos impactos imediatos desse processo ocorreu com a migração de determinados grupos armados,

¹ 15 das 16 favelas do Complexo da Maré foram ocupadas. A exceção foi a favela Marcílio Dias que, quando a Maré foi reconhecida e delimitada enquanto bairro, a partir de uma lei de 1994, não foi incluída no limite geográfico.

oriundos das favelas vizinhas, como Manguinhos e Jacarezinho, para a Maré, o que alterou a estrutura de poder e a configuração territorial do Complexo. Com essa nova dinâmica instaurada, cresce a preocupação do governo em controlar e assumir esses espaços (Silva, 2017, p. 17). Tal preocupação está diretamente relacionada à realização dos megaeventos, especialmente a Copa do Mundo de Futebol, com alguns jogos sediados no Rio de Janeiro. A implementação dessas ações visava não apenas assegurar uma percepção de segurança, mas também consolidar a ideia de controle estatal, estratégia considerada necessária para atrair turistas e investimentos.

Figura 1 – Tanque estacionado do Exército em uma das ruas do Complexo da Maré



Fonte: Leonardo Wen, disponível em El País, 2014

Historicamente, o cotidiano dos seus moradores é atravessado por uma série de disputas territoriais, que envolve a presença de grupos como o Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando (TC), Amigos dos Amigos (ADA) e as Milícias. Essas disputas, amplamente divulgadas pelos meios de comunicação, reforçam a estigmatização do

território como uma área de conflito, contribuindo para a percepção social de que o local precisa ser constantemente vigiado e controlado. Essa lógica de vigilância permanente impacta diretamente os direitos fundamentais dos moradores, afetando sua liberdade, mobilidade e segurança cotidiana.

Caso 2: Chacina ocorrida no Jacarezinho

Em maio de 2021, a cidade do Rio de Janeiro foi palco da operação denominada Exceptis, conduzida pela Polícia Civil com o objetivo de investigar o aliciamento de crianças e adolescentes para crimes como assassinatos, roubos e sequestros. A operação resultou em 28 mortes, sendo considerada uma das mais letais registradas nos últimos anos na cidade. Além do elevado número de óbitos, diversos relatos apontam o uso excessivo da força, a prática de atos característicos de tortura, a invasão arbitrária de residências sem mandado judicial e o confisco de celulares.

Sobre o momento em que a operação foi realizada, dois pontos chamaram atenção: o primeiro é que não se trata de um episódio isolado. De acordo com o Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni - UFF), há o registro de 23 operações policiais com 10 ou mais mortos no Rio de Janeiro desde 1989, o que indica uma recorrência na aplicação da violência, principalmente em territórios favelizados². O outro refere-se a uma decisão expedida pelo Supremo Tribunal Federal, durante a pandemia de covid-19, que restringia a realização de operações em favelas durante a vigência da pandemia. Em 2021, um dos policiais civis se tornou réu e foi afastado do cargo, e, posteriormente, o Ministério Público denunciou dois agentes por assassinato, alterações empreendidas na cena do crime e fraude processual³.

Após o ocorrido, declarações públicas foram concedidas, inclusive pelo então presidente, tentando diminuir o impacto das consequências deixadas pela operação. Em suas redes sociais, Jair Bolsonaro disse que “ao tratar como vítimas os traficantes que roubam, matam e destroem famílias, a mídia e a esquerda os igualam ao cidadão

² Destaque para a Megaoperação realizada em 2025, na cidade do Rio de Janeiro, contra o Comando Vermelho, que resultou em 121 mortes. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/29/acoes-mais-letais-do-pais.ghtml> Acesso em: mar, 2025.

³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/investigacao-de-massacre-no-jacarezinho-rj-chega-quase-ao-fim-com-24-das-28-mortes-arquivadas.shtml> Acesso em: mar, 2026.

comum, honesto, que respeita as leis e o próximo”. Já Mourão, então vice-presidente, disse à imprensa que todos os mortos eram bandidos. Na tentativa de corroborar com essa narrativa, a Polícia Civil afirmou que, do total, 25 tinham antecedentes criminais. Posteriormente, o Ministério Público relatou que apenas três haviam sido de fato denunciados pelo crime de tráfico de drogas em algum momento, e, embora alguns tivessem passagem, já tinham cumprido as penas previstas. Em 2022, foi levantado um memorial na favela fazendo menção aos mortos, com as seguintes palavras:

"Em 06/05/2021, 27 moradores e um servidor foram mortos, vítimas da política genocida e racista do estado do Rio de Janeiro, que faz do Jacarezinho uma praça de guerra, para combater um mercado varejista de drogas que nunca vai deixar de existir. Nenhuma morte deve ser esquecida. Nenhuma chacina deve ser normalizada."⁴

Dias depois, o memorial foi destruído por policiais sob a alegação de que ele era ilegal e fazia apologia ao tráfico de drogas, já que os mortos, excetuando o policial, mantinham ligações com o crime organizado. E a eventual associação do policial morto com os demais, ainda que expressa em uma homenagem póstuma, também foi motivo de indignação familiar: a viúva do policial forneceu uma declaração dizendo que era um insulto à memória e ao nome do marido, André Frias, que era “íntegro, honesto, trabalhador e reconhecido policial”. O memorial não tinha autorização da prefeitura da cidade para ser construído.

Em 2022, um grupo formado por 60 parentes das vítimas da Chacina do Jacarezinho ingressou com uma ação coletiva solicitando indenização financeira por parte do Estado, incluindo pensões para aqueles que eram dependentes econômicos das pessoas executadas. Além disso, a ação pleiteia o direito ao tratamento adequado dos corpos, diante de relatos de abusos e violações ocorridos no momento da morte.

⁴ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/destrui%C3%A7%C3%A3o-de-memorial-no-jacarezinho-causa-indigna%C3%A7%C3%A3o/a-61772782> Acesso em: mar, 2026.

Figura 2 - Remoção do memorial no Jacarezinho



Fonte: Jornal O Dia, 2022⁵

Paisagem das Violências

Ao refletir sobre a atuação do geógrafo humanista, observa-se uma crítica recorrente: a percepção de que sua abordagem pode apresentar uma visão excessivamente idealista das relações espaciais. Embora essa característica seja, em certa medida, uma constante, ela também pode abrir espaço para análises muito amplas e pouco delimitadas. Nesse contexto, torna-se relevante considerar possíveis contribuições que promovam a implementação de uma “geografia social”, bem como a criação de instrumentos e metodologias que respaldem a atuação de geógrafos sociais. Esse enfoque permite dar continuidade ao estudo do imaterial, do que é percebido como “não-concreto”, por meio de um tratamento reflexivo das experiências, percepções e interpretações dos indivíduos.

Dessa forma, ainda que essa abordagem da Geografia valorize os sentimentos e sensações que, até recentemente, eram negligenciados nas análises, deve também considerar aspectos gerais da experiência humana, reconhecendo a multiplicidade de

⁵ Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/05/6399119-memorial-a-28-mortos-no-jacarezinho-e-retirado-por-ser-considerado-apologia-ao-trafico.html> Acesso em: mar, 2026.

realidades existentes. Nesse contexto, a atuação de grupos sociais e suas relações com o espaço, moldando ambientes e conferindo-lhes características próprias, torna-se um objeto de interesse comum. A partir dessa perspectiva, compreende-se a vida social como um organismo complexo, em que a intersubjetividade desempenha papel central. Nessa lógica, aproxima-se, como mencionado nas seções anteriores, de algumas abordagens do marxismo, evidenciando a atenção às discussões sobre justiça social em sua plenitude e a necessidade de sua efetivação.

Para refletir sobre a aplicação de um método adequado à Geografia Social, pode-se recorrer ao trabalho de Graham D. Rowles (2014, p. 173). Em seus estudos envolvendo uma “experiência geográfica”, o autor concentrou-se em Winchester Street, um bairro nos Estados Unidos, e buscou conviver com um grupo de pessoas idosas, observando as relações que estabeleciam entre si e com os lugares que frequentavam diariamente. Como mencionado na introdução, esse método não parte de hipóteses pré-concebidas; é o contato direto com o campo que revela caminhos e possibilidades para a análise. Diferentemente do pesquisador que mantém um distanciamento típico de investigações acadêmicas convencionais, a proposta aqui consiste em integrar-se ao cotidiano do grupo, envolvendo-se nas experiências, sensações e sentimentos vivenciados pelos participantes.

A referida abordagem possibilita a reavaliação das relações sociais, assim como de conceitos centrais para a ciência geográfica, em especial o conceito de paisagem. Tradicionalmente, esse conceito apresentava uma rigidez já mencionada, estando fortemente associado aos aspectos físicos, perceptíveis e visuais. Como consequência, a ciência passou a se concentrar gradativamente nas características “exteriores”, ou seja, nas “coisas”, em detrimento das relações (Olsson, 2014, p. 117). Por extensão, o ser humano acaba inserido nessa lógica, sendo frequentemente percebido como uma coisa, sem consideração por suas características próprias ou pela capacidade de evoluir e transformar-se ao longo do tempo. Assim, a vida social se vê atravessada por esse processo de coisificação, em que, estruturalmente, os aspectos sociais e intangíveis perdem importância.

Mais uma vez, a abordagem da geografia humanista se mostra pertinente já que ela consegue pensar, simultaneamente, “a certeza do exterior e a ambiguidade do interior” (Olsson, 2014, p.118). Não se trata, portanto, de assumir para si uma abstração e parcialidade diante dos casos, mas de admitir que há aspectos que não necessariamente são materiais e que reafirmam a complexidade e as diferentes camadas que um fenômeno pode apresentar. Por consequência, permite que interpretações sobre o passado sejam organizadas e igualmente feitas projeções para um futuro.

Considerando essa narrativa, o repertório teórico-metodológico fornecido pela Geografia Humanista conduziu a elaboração da ideia de uma paisagem que seja delineada a partir das práticas violentas e expressas no cotidiano. A consolidação dos estudos fenomenológicos contribuiu para uma ênfase no papel dos indivíduos na construção e idealização da paisagem, compreendendo o subjetivo (Samuels, 2014, p.285), dando significados próprios e apresentando suas respectivas compreensões acerca da realidade. Embora esse formato possa ser aplicado a diferentes metrópoles, o foco destas páginas é a análise do caso do Rio de Janeiro. Por isso, é válido fazer uma breve contextualização da cidade.

Diversos autores identificam um movimento caracterizado pela aplicação direta e progressiva de práticas e métodos violentos nas cidades. Essa abordagem pode ser justificada tanto pelo medo compartilhado pelos cidadãos quanto como uma política estatal voltada ao controle de parcelas da população consideradas indesejáveis para as dinâmicas urbanas. A década de 1990 é apontada como um marco da militarização do espaço urbano no Rio de Janeiro, período em que a marginalização social também sofreu um crescimento acentuado. Esse aumento de escala é evidenciado pelas operações de grande porte realizadas nesse período e pela atuação das Forças Armadas na segurança pública, muitas vezes extrapolando suas funções originais.

De acordo com o Instituto de Segurança Pública (*apud* NECVU, 2011, p.4) entre 2001 e 2011 foram registrados mais de dez mil casos de mortes em confrontos com policiais no estado do Rio de Janeiro, todos associados aos chamados autos de resistência, em que as mortes eram justificadas como decorrentes de “legítima defesa”.

Outros indicadores de violência, como o número de tiroteios e confrontos, evidenciam o aumento da escala da violência urbana na cidade. A intensificação da brutalidade policial também pode ser observada a partir das diferentes chacinas ocorridas nos últimos anos, definidas como episódios em que agentes policiais provocam a morte de três ou mais pessoas. Segundo o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI, 2022, p. 6), entre 2013 e 2019, houve um aumento de 313% nas mortes resultantes da intervenção de agentes estatais. Esse número apresentou redução apenas em 2020, quando uma liminar do Supremo Tribunal Federal proibiu operações durante a pandemia de COVID-19, embora tal medida não tenha impedido completamente a realização dessas ações.

Ainda de acordo com o Núcleo de estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU, 2011, p.7), a partir da década de 1990, o governo do estado do Rio de Janeiro passou a investir, sobretudo na polícia militar, em equipamentos bélicos com forte capacidade de letalidade. Para além disso, foram feitos treinamentos específicos com os policiais visando uma preparação para eventuais “guerrilhas urbanas” e criaram Grupamentos de Ação Tática (GAT) em batalhões comuns. De acordo com o grupo de estudos, esse aparato obtido foi empregado em operações ostensivas, frequentemente realizadas em territórios favelizados, na tentativa de se opor ao estabelecimento das redes de tráfico de drogas.

Junto a uma polícia cada vez mais militarizada, ocorre a ocupação da cidade pelas Forças Armadas. A década de 1990 também representa um ganho de escala a partir da deflagração da Operação Rio I, em outubro de 1994, onde as Forças Armadas passaram a atuar diretamente no controle das favelas e demais bairros periféricos criminalizados da capital. Com esse episódio, a presença dos militares em favelas passou a ser mais frequente. Essa operação contou com mais uma fase, no ano seguinte, que tinha objetivos mais pontuais: a atuação delas só seria assentida em casos considerados extremos, permitindo que incursões em locais considerados suspeitos ou que apresentassem algum tipo de risco ao meio urbano e sua população acontecessem.

Nos anos seguintes foram registradas outras operações de menor organização e mobilização. Segundo o Ministério da Defesa, entre os anos de 1992 e 2017, foram

aplicadas 132 operações de Garantia de Lei e da Ordem no Brasil, sendo a maioria no Rio de Janeiro, com durações previstas de até três meses (Ministério da Defesa, 2017 *apud* Rodrigues; Armstrong, 2019, p.12). As justificativas para tal são diversificadas: violência urbana, apoio à realização de eventos, eleições e greves policiais. Muitas dessas operações eram realizadas em favelas.

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) são previstas na Lei Complementar nº 97/1999 quando ocorre uma exaustão das forças de segurança tradicionais. Elas permitem que os militares cumpram funções que geralmente são restritas às polícias, até que condições desejadas sejam obtidas (Rodrigues; Armstrong, 2019, p.11). Sua utilização progressiva também confirma o movimento de militarização, já que incorre na lógica de que nunca há uma esfera de “normalidade” em vigor.

Assim, os mencionados casos não findam o histórico violento que se efetiva na cidade do Rio de Janeiro, em que a violência parece ser cada vez mais requerida em nome de uma segurança pública. Violência essa que pode ser lida a partir de diferentes contextos e que pode assumir diferentes versões, como a dimensão verbal, física ou simbólica. Como aponta Brito (2013, p.87), é possível estabelecer uma relação entre a violência urbana e a favela, observando o quanto o Estado junto a outras organizações civis acabam por reforçar os estereótipos e a estigmatização do território, e, em extensão, dos seus moradores.

Frente ao exposto, defendemos que para além dos dados estatísticos e das denúncias, a violência pode ser lida através da imaterialidade, e, mais ainda: há uma importância significativa nesses elementos que, por ora, parecem ser atribuídos a uma condição de marginalidade. Uma paisagem da violência seria construída a partir de ações violentas e, ao mesmo tempo, possuiria características, em si, violentas. Para esse artigo, discutiremos três aspectos.

- **Percepção**

O primeiro item que abordaremos é a percepção. Como demonstramos, o trabalho de campo na Geografia Humanista é distinto se comparado aos demais, tanto em função das dinâmicas empregadas durante o processo, quanto em relação à

expectativa acerca dos resultados. Uma explanação mais fiel ao quadro que está sendo apresentado seria mais bem evidenciada caso tivesse ocorrido uma experiência imersiva, tal como a proposta por Rowles, com os atores que estão mais sujeitos à aplicação de práticas violentas em seu cotidiano. No entanto, entendendo os limites formais do artigo e se tratando de ideias ainda em caráter experimental, utilizaremos outros recursos buscando apresentar mediações, ciente de que a argumentação será afetada por essas limitações.

O livro *A Ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré* (2017) é fundamental a discussão nesse ponto. Para compor o livro foram entrevistados 1000 moradores do Complexo da Maré, com características que diferiam em termos de identificação racial, ocupação, gênero e idade, e que vivenciaram a chegada das Forças Armadas no local. As questões formuladas, que depois foram encaminhadas para os moradores, tinham como proposta buscar compreender a forma em que os moradores avaliavam as novas dinâmicas que estavam sendo postas a partir do momento da chegada dos militares. Para além dos cálculos estatísticos explicados nas páginas ao longo do relatório, que demonstram como a amostra foi trabalhada, é interessante pensar que atos simples e banais poderiam ser vistos com maus olhos em função também da dinâmica imposta na área.

Até para a aplicação de um questionário, que na teoria, é marcado por um distanciamento entre o entrevistador e entrevistado, nesse contexto, carece de uma relação prévia com o grupo que será ouvido. Em função do medo, é necessário que o pesquisador ou geógrafo social passe confiança e segurança aos moradores dispostos a se pronunciar. Um relato exposto no livro é que, inicialmente, parte dos moradores acreditava que a pesquisa poderia estar sendo realizada pelas Forças Armadas, o que agravava um sentimento de medo e indefinição em função das constantes disputas territoriais que ocorriam na área. Pelo fragmento de uma entrevista, confirmamos essa ideia:

Não estou entendendo por que querer saber o que o morador acha do Exército estar na Maré. Morador aqui não pode falar o que pensa. Se digo o que acho posso ser morto por um lado ou por outro. Você acha certo isso? (Silva, 2017, p.37).

Ainda sobre o referido livro, na tabela 11, situada na página 50, os moradores são questionados se gostam de morar na Maré, e em todas as áreas analisadas, o sim foi proeminente. Isso indica que, mesmo havendo um cotidiano violento que se estrutura, sobretudo, em áreas periféricas e favelizadas, é inegável que os seres sociais enxergam os locais que residem a partir das linhas do afeto, mesmo que reconheçam os problemas que circundam esses espaços. Trata-se de um elo com o chão físico, mas também com as relações que são construídas a partir e, em alguns casos, apesar dele.

O questionamento acerca da sensação de segurança pode ser visto nas tabelas 25 e 26, nas páginas 67 e 68 respectivamente. Quando perguntado aos moradores, na primeira tabela, sobre a eventual mudança na sensação de segurança a partir da chegada dos militares, a maioria diz que não houve mudança. Na segunda tabela, sobre a sensação de se sentirem seguros morando na Maré, boa parte diz que se sente “às vezes” mais seguro. Esses índices são interessantes para refletirmos sobre a política ostensiva que é empregada com mais rigor desde a década de 1990, sobretudo em áreas favelizadas. Elas são vendidas como a “solução” para os problemas sociais, mas é notável que não conseguem surtir impacto significativo na vida social daqueles que estão mais vulneráveis. Por outro lado, parecem intensificar sensações mais agressivas, como o próprio medo e a esfera de indefinição que passa a ser constantes no cotidiano.

- **Simbolismo**

Nesta etapa refletiremos sobre os símbolos e sobre sua importância, seja ela positiva ou negativa, para um grupo. Dando prosseguimento ao caso da Maré, é possível citar a Associação Redes da Maré, que é uma organização civil com atuação diversificada em diferentes eixos, cujo objetivo é atuar em prol da viabilização de direitos do Complexo. Teve também uma atuação expressiva frente às violações ocorridas durante a ocupação dos militares. Por isso, pode ser vista como um símbolo de resistência e força, que oferece meios para propagar diferentes vozes residentes. Sobre isso, o autor Lemon (2014, p. 321), analisa que uma forma de se desvencilhar de uma observação fragmentada é adicionando um conteúdo social que vá além de um conteúdo visível, já

que, nesse caso, olhando unicamente para ele seria constatada uma distância da comunidade e das suas características.

No entanto, o oposto também não é difícil de imaginar. E refletindo sobre a forma mais difundida do entendimento das paisagens, talvez esse exemplo seja uma aproximação mais eloquente. Ainda que o processo de militarização do espaço urbano pareça ser algo cada vez mais presente nas metrópoles como também demonstrado, principalmente no caso do Rio de Janeiro, áreas periféricas e favelizadas convivem com o cotidiano na sua versão mais incisiva e brutal. Na foto 1, apresentada no corpo do texto, é demonstrada uma das ruas do Complexo durante a ocupação dos militares. Além das dinâmicas serem modificadas, como a partir da intensificação de revistas e interrompimento de circulação por alguns momentos e em alguns trechos do Complexo, a paisagem visível começa a apresentar elementos que banalizam a violência. A presença de tanques, instalados de forma fixa durante o dia e noite, bem como a presença de militares fortemente armados em pontos “estratégicos”, reforçam a ideia de que há uma guerra em curso, em que, a qualquer momento, podem surgir conflitos mais graves. Por extensão, outras formas de entender a paisagem, compreendendo uma paisagem sonora, podem ser constatadas. Pensando objetivamente em uma paisagem sonora da violência, é possível apontar os barulhos dos tiros ou até dos carros mais pesados quando adentram as ruas do Complexo como exemplos.

- **Memória**

Esse aspecto está diretamente relacionado ao anterior. Símbolos podem representar um determinado grupo social e exercer impactos tanto positivos quanto negativos na sociabilidade e na paisagem urbana. De qualquer forma, eles constituem a representação de algo dotado de significado e relevância. Nesses casos, observa-se uma perspectiva de conservação, seja de um ideal, de uma figura ou de um sentimento. É nesse sentido que se aproxima o tema da memória, a qual pode permanecer armazenada no âmbito mental, tanto de forma individual quanto coletiva. A morte de uma matriarca de um grupo, por exemplo, pode ser sentida por sua família ou pelo grupo com o qual ela mantinha vínculos. Fazer menção à sua vida pode manifestar-se

em conversas que preservam suas características, no culto aos seus dizeres ou nos cuidados com seus pertences, sendo estes últimos uma forma de materializar sentimentos e memórias.

Respeitando suas proporções, a segunda fotografia evidencia o movimento de materialização de sensações. Como já apresentado, a chacina do Jacarezinho resultou em um número elevado de mortes. Essas pessoas, além de constituírem uma base estatística sobre a alta letalidade na cidade, eram seres sociais, com desejos, medos e vínculos afetivos consolidados. É nesse contexto de luto que o memorial retratado foi erguido: para que moradores e pessoas próximas, impossibilitados de encontrar fisicamente os falecidos, tenham a sensação de que eles continuam presentes no espaço e que suas memórias serão preservadas ao longo do tempo. Embora o tempo tenha o poder de causar deterioração, ele demora a corroer completamente essas estruturas. Assim, o espaço geográfico recebe elementos singulares revestidos de sentimentos, que traduzem experiências individuais e coletivas.

No entanto, como também demonstrado na imagem, o memorial foi demolido. A alegação institucional estava relacionada à ausência de uma permissão por parte da prefeitura, o discurso transvertido de moral reforçava que bandidos não tinham direito à preservação da memória. Com isso, o conceito de um urbicídio parece fazer cada vez mais sentido. Esse, consiste na consolidação de um urbano atravessado por distintos ataques que ocorrem através da violência política e que são direcionados à existência de determinados grupos nas cidades, na intenção de impedir que eles habitem ou se reproduzam no espaço urbano. Sendo assim, a aniquilação da vida seria uma forma de negar uma heterogeneidade que se manifesta nas cidades, assim como o urbicídio expressaria uma “concepção de barbárie” (Mendonça, 2019, p. 91).

Essa morte do urbano se manifesta, também, na memória de uma cidade. A guerra que se realiza na urbe hoje é marcada por disputas que concernem o território, mas também relacionadas aos significados (Graham, 2017, p.91). O urbicídio se apresenta, então, como uma tentativa de extinguir do espaço qualquer resquício de memória de determinados grupos, visando negar a cidade em um sentido mais amplo através de políticas ostensivas (Mendonça, 2019, p.95).

Considerações Finais

Foi intenção do presente trabalho propor uma abordagem sobre o conceito de paisagem, à luz da Geografia Humanista, que compreenda uma paisagem da violência. Neste artigo, trabalhamos três características que nos parecem constitutivas para formular essa ideia: a percepção, o simbolismo e a memória. Longe de expor conclusões ou notas definitivas, que nos pareceria distante e incoerente com o caminho teórico-metodológico escolhido, a ideia é incitar um debate.

O caráter experimental dessa discussão é reforçado pela ausência de abordagens e autores que sigam essa linha. Como afirma Lima (2014, p.22), os trabalhos desenvolvidos no âmbito cultural parecem, em sua maioria, não identificar o “indivíduo implicado no contexto social”. Embora a fenomenologia possa ser apontada como um meio para interpretar questões contemporâneas, como é o caso da própria violência, em algumas análises ela pode assumir um caráter reducionista e individualizador, o que acaba não contemplando a complexidade dos processos. Isso porque, em alguns casos, o mundo vivido abordado por elementos fenomenológicos parece ser impactado pela abstração externada nas seções anteriores.

De qualquer forma, considerando que discussões que buscam repensar continuamente as práticas sociais e espaciais são sempre bem-vindas, torna-se impossível falar em unanimidade quanto aos métodos. Ainda assim, as ideias apresentadas ao longo deste artigo, ainda em formato experimental, nos parece apontar para uma direção intrigante.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, José Estébanez. **La Geografía Humanística**. Madrid: Ediciones Complutense, 1982.

BARREIRA, Marcos; BOTELHO, Maurilio. O Exército nas ruas: da Operação Rio à ocupação do Complexo do Alemão. Notas para a reconstituição da exceção urbana. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (org.). **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRITO, Felipe. Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (org.). **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

DUNCAN, James; LEY, David. Structural Marxism and human geography: a critical assessment. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 72, n. 1, p. 30–59, 1982.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS (GENI). **Chacinas policiais**. Rio de Janeiro: GENI, maio 2022.

HOLZER, Werther. A geografia humanista: uma revisão. **Espaço & Cultura**, Departamento de Urbanismo, UFF, n. 3, jan. 1997.

LEMON, James T. The urban community movement: moving toward public households. In: LEY, David; SAMUELS, Marwyn S. (org.). **Humanistic geography**: prospects and problems. London: Routledge, 2014.

LEY, David; SAMUELS, Marwyn S. **Humanistic geography**: prospects and problems. London: Routledge, 2014.

LIMA, Elias Lopes de. Ensaio sobre os limites da geografia humanista e da nova geografia cultural na compreensão do sujeito. **Ensaios de Geografia**, v. 2, n. 4, p. 7–31, 23 maio 2014.

MENDONÇA, José Márcio. **A cidade como espaço de batalha urbicida**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade do Espírito Santo, 2019. 309 f.

OLSSON, Gunnar. Of ambiguity or far cries from a memorializing mamafesta. In: LEY, David; SAMUELS, Marwyn S. (org.). **Humanistic geography**: prospects and problems. London: Routledge, 2014.

RELPH, Edward. An inquiry into the relations between phenomenology and geography. **Canadian Geographer**, v. 14, p. 193–201, 1970.

RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, v. 7, n. 4, p. 1–25, abr. 1975.

ROCHA, Samir Alexandre. Geografia humanista: história, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. **Revista Curitiba**, n. 13, p. 19–27, 2007. Curitiba: Editora UFPR.

RODRIGUES, Rute Imanishi; ARMSTRONG, Karolina. **A intervenção federal no Rio de Janeiro e as organizações da sociedade civil**. Rio de Janeiro: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

ROWLES, Graham D. Reflections on experiential field work. In: LEY, David; SAMUELS, Marwyn S. (org.). **Humanistic geography**: prospects and problems. London: Routledge, 2014.

SAMUELS, Marwyn S. Existentialism and human geography. In: LEY, David; SAMUELS, Marwyn S. (org.). **Humanistic geography**: prospects and problems. London: Routledge, 2014.

SANGUIN, A. L. La géographie humaniste ou l'approche phénoménologique des lieux, des paysages et des espaces. **Annales de Géographie**, n. 501, 1981.

SAUER, Carl Ortwin. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12–74.

SILVA, Eliana Sousa. **A ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro**: a percepção dos moradores sobre a presença das forças armadas. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2017.

TUAN, Yi-Fu. **Humanistic geography**. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 66, n. 2, 1976.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: *um estudo da percepção e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

Recebido: 11/03/2024 Publicado: 09/08/2026

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito